

# Duas crises

**Josaphat Marinho**

Os fatos irregulares que envolvem membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional dominam o noticiário dos meios de comunicação. A dimensão deles e sua gravidade despertam o interesse geral da população. É compreensível o empenho da cidadania em conhecê-los evê-los seguramente apurados e severamente punidos. Além do lado material, há o aspecto moral que os marca, de efeito gravemente deseducativo. Incidem de tal modo na opinião pública que abalam o prestígio da instituição parlamentar. Daí a constante e natural referência à crise do Poder Legislativo.

Ressalta que esses fatos condenáveis foram denunciados publicamente, e outros se tornaram conhecidos com o início das investigações. A publicidade, nem sempre adequada, tem ocorrido, também, para a verificação de ~~informações~~ <sup>importantes</sup>. O procedimento assim desenvolvido à luz da crítica de todos revela uma das faces de superioridade da democracia. Se nela há erros, normalmente sujeitos a denúncia, seus mecanismos institucionais proporcionam igualmente a pesquisa e a definição de responsabilidade, acima de privilégios. Sem necessidade de apelo à violência ou a medidas de exceção, os errados podem ser punidos, respeitado o direito de defesa, como agora.

É imperioso ver, porém, que a chamada crise do Congresso, quanto deplorável, não representa a

mais grave nem a única no País. A publicidade diária dos fatos ampliou-lhe a perspectiva, acrescida por certas surpresas. Mas a maioria da representação nacional é estranha às irregularidades, embora seja obrigação de todos, na Câmara dos Deputados e no Senado, a responsabilidade de rever e melhor fiscalizar práticas e decisões. Operada essa revisão de procedimentos, as atividades parlamentares poderão desenvolver-se sem escândalos, visto que a crise não é estrutural. Para tanto, será relevante a presença de partidos políticos revitalizados e vigilantes na distribuição de encargos entre seus membros.

Por isso mesmo a crise do Congresso Nacional, apesar de exigir correção vigorosa, não há de obscurecer nem diminuir a outra, que atinge profunda e largamente a sociedade e o Estado. Esta outra é crise estrutural. Atinge todos os segmentos sociais, ao longo do extenso território nacional. Reflete-se de diversas formas nas desigualdades sociais e econômicas. Na privilegiada distribuição da renda em favor de minoria dominadora. Na exploração da economia popular pelo poder econômico, que eleva sucessivamente os preços de todos os produtos para o consumidor, com a tolerância do Governo. Na diferenciação injusta de oportunidades de moradia, de alimentação, de tratamento de saúde, de conquista da educação, do lazer.

Essas disparidades, que se agravam com a inflação prolongada, não

usurpam provisoriamente as vantagens do bem-estar à grande maioria da população. Na verdade subtraem à classe média e aos pobres, gradativa e permanentemente, os benefícios da civilização e do desenvolvimento, que deveriam ser assegurados a todos, como condição de vida regular e decente. Os vícios da Comissão de Orçamento e os males deles decorrentes, uns e outros repudiáveis, podem e há de ser sanados mediante providências do Congresso Nacional. São desvios de procedimento pessoal e de organização do trabalho, que o poder de disciplina e de correção do Parlamento tem força para varrer. Os vícios resultantes da estrutura da sociedade injusta e da riqueza mal distribuída não se corrigirão num ímpeto. Requerem capacidade de resistência do corpo coletivo e decisão política revestida do espírito de igualdade. Enquanto aquela representa uma crise acidental, esta última tem caráter estrutural e de extensa duração. Embora ambas prejudiciais ao convívio construtivo, não se confundem na sua natureza nem na sua projeção na comunidade.

É necessário que a crise circunstancial do Congresso, geradora de dolorosa lição, não sirva para tentativa de esconder ou disfarçar a crise profunda da sociedade e do Estado. Esta é que usurpa aos fracos as garantias da liberdade e da igualdade, ou seja, os meios de vida digna.

■ **Josaphat Marinho** é senador pelo PFL da Bahia.